



CÓD: OP-076AB-24
7908403552498

TJ-GO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

450 questões gabaritadas

GABARITANDO

Residente Jurídico

CADERNO DE QUESTÕES

Questões Gabaritadas

1. Direito Administrativo.....	5
2. Direito Civil.....	33
3. Direito Constitucional	57
4. Direito Penal	79
5. Direito Processual Civil.....	103
6. Direito Processual Penal	127

13. VUNESP - PROC M (SERTÃOZINHO)/PREF SERTÃOZINHO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Mérito Administrativo

A respeito da discricionariedade administrativa, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Os atos administrativos discricionários, em regra, não estão sujeitos ao controle judicial.
- (B) A teoria dos motivos determinantes pode ser utilizada para o controle de atos discricionários e propugna que a validade do ato administrativo depende da correspondência entre os motivos nele expostos a existência concreta dos elementos que ensejaram a sua edição.
- (C) Em razão do princípio da supremacia da Constituição, admite-se que o controle judicial sobre os atos discricionários alcance os seus aspectos legais, como igualmente a validade do juízo de conveniência e oportunidade exercido pelo administrador.
- (D) Em regra, a doutrina identifica como elementos discricionários do ato administrativo a competência, o motivo e o objeto. Dessa forma, os vícios nesses elementos dos atos administrativos são passíveis de convalidação.
- (E) A discricionariedade técnica, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não produz reflexo na forma como o Poder Judiciário exerce o controle externo sobre os atos emitidos por agências reguladoras independentes.

14. FGV - PROC LEG (CM SP)/CM SP/2024

Assunto: Direito Administrativo - Elementos, Requisitos e Pressupostos (Atos Administrativos)

Imagine uma situação em que a lei exija a exposição dos fatos e fundamentos jurídicos para certa decisão administrativa, enquanto aspecto não essencial ao ato administrativo correspondente.

Caso a autoridade competente não cumpra a aludida determinação, em situação em que as respectivas razões existam, sejam verdadeiras e congruentes com o ato, é **correto** afirmar que a mencionada ausência de motivação caracteriza vício no elemento

- (A) motivo, que é passível de convalidação.
- (B) finalidade, que não é passível de convalidação.
- (C) competência, que não é passível de convalidação.
- (D) forma, que é passível de convalidação.
- (E) objeto, que é passível de convalidação.

15. FCC - AJ TRT18/TRT 18/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Administrativo - Elementos, Requisitos e Pressupostos (Atos Administrativos)

Considerando a natureza jurídica dos atos administrativos e a competência para sua edição,

- (A) somente autoridades integrantes da Administração Pública podem proferi-los, na medida em que representam ou veiculam manifestação de vontade do Poder Executivo.
- (B) somente os atos vinculados editados com vício de competência podem ser convalidados, não se admitindo convalidação de atos de natureza discricionária.
- (C) são proferidos pelas autoridades indicadas pela legislação, não se admitindo convalidação de atos discricionários ou vinculados.
- (D) podem ser editados por agentes públicos integrantes da estrutura da Administração Pública, mas também por integrantes do Poder Judiciário, quando no exercício de funções executivas típicas.
- (E) os atos praticados com vício de forma ou de procedimento admitem convalidação, o que não se aplica ao vício de competência, porque insanável.

16. IBADE - PJUR (CIMCERO)/CIMCERO/ADVOGADO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Elementos, Requisitos e Pressupostos (Atos Administrativos)

Analise as assertivas e responda.

- I - Motivo.
- II - Impessoalidade.
- III - Competência.
- IV - Objeto.

O ato administrativo, manifestação unilateral de vontade da administração pública, é constituído de determinados requisitos que o rege. Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que, das assertivas dispostas, é requisito do ato administrativo que admite sua forma vinculada e discricionária.

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, III e IV.

17. INSTITUTO VERBENA - ANAADM (CM ANÁPOLIS)/CM ANÁPOLIS/DIREITO/2024

Assunto: Direito Administrativo - Atributos ou Características dos Atos Administrativos

Os atributos do ato administrativo são características ou qualidades inerentes aos atos praticados pela Administração Pública. Eles são importantes para identificar e compreender a natureza e os efeitos dos atos administrativos. Dentre os atributos do ato administrativo, tem-se a presunção de legitimidade, que significa que os atos administrativos

- (A) são passíveis de execução coercitiva pela administração pública.
- (B) são dotados de coercibilidade, ou seja, podem ser impostos àqueles a quem se destinam.
- (C) são executados diretamente pela administração pública, com necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- (D) são praticados em conformidade com a lei e produzem efeitos válidos.

18. VUNESP - ANA (EPC)/EPC/TÉCNICO NORMATIVO E DE CONTROLE INTERNO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Atributos ou Características dos Atos Administrativos

Considere que a vigilância sanitária do Município X, após receber a denúncia de uma consumidora, dirigiu-se até o Restaurante Boa Comida e lá encontrou alimentos fora do prazo de validade e refeições estragadas. Após recolher todos os bens impróprios ao consumo público, os destruiu. Com base na situação hipotética, é **correto** afirmar que o ato de destruição empreendido pela vigilância sanitária

- (A) é um exemplo do uso do atributo da autoexecutoriedade, característica do ato administrativo.
- (B) é a manifestação direta da imperatividade dos atos administrativos.
- (C) tem presunção absoluta de legitimidade.
- (D) é ilegal, pois era preciso a intervenção do Poder Judiciário.
- (E) se reveste de autoexecutoriedade, atributo que está presente em todos os atos administrativos.

19. IBADE - PROC JP (RBPREV)/RBPREV/2023

Assunto: Direito Administrativo - Atos Administrativos: Espécies, Classificação, Fases de Constituição

Os atos administrativos se dividem em atos vinculados e discricionários. Assinale a alternativa que contenha um exemplo de ato administrativo discricionário.

- (A) A concessão de aposentadoria por tempo de contribuição
- (B) A concessão de alvará de localização e funcionamento
- (C) A aplicação da pena de demissão de servidor público estável
- (D) A concessão de autorização de realização de evento em espaço público
- (E) A aplicação de multa de trânsito ao condutor de veículo automotor

20. FGV - DEI POL (PC SC)/PC SC/2024

Assunto: Direito Administrativo - Desfazimento do Ato Administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

Ao realizar a atividade de controle administrativo, a autoridade competente observou as seguintes situações:

I. a sociedade Alfa após obter o regular deferimento de certo ato administrativo praticou infração que deve importar em sua extinção;

II certo ato discricionário regularmente deferido à sociedade Beta, sem vícios, não mais atende ao interesse público;

III determinado ato vinculado deferido em benefício da sociedade Ômega possui vício sanável de competência.

Aponte a opção que correlaciona adequadamente a situação descrita à providência a ser adotada pela Administração Pública.

- (A) I-cassação; II-revogação; III-convalidação.
- (B) I-anulação; II-revogação; III-anulação.
- (C) I-revogação; II-anulação; III-convalidação.
- (D) I-cassação; II-anulação; III-revogação.
- (E) I-anulação; II-convalidação; III-revogação.

(D) da Defensoria Pública, em todos os graus, apenas judicialmente, de forma integral e gratuita.

(E) da Defensoria Pública, em todos os graus, judicial e extrajudicial, de forma integral e gratuita.

52. FGV - ANA (PGM NITERÓI)/PREF NITERÓI/PRO-CESSUAL/2023

Assunto: Direito Constitucional - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

O governador do Estado Alfa, ao avaliar a atuação dos defensores públicos no Estado, entendeu que determinada tese jurídica adotada nos processos criminais se mostrava inadequada, pois impunha elevado sofrimento à vítima, contribuindo, em diversas ocasiões, para a absolvição de criminosos contumazes. Por tal razão, decidiu que a melhor forma de superar esse estado de coisas seria a expedição de uma determinação de caráter geral fixando a tese a ser seguida.

Ao levar esse entendimento ao conhecimento de sua assessoria, foi corretamente explicado ao chefe do Poder Executivo que a referida determinação:

(A) pode ser expedida pelo governador do Estado, considerando a sua condição de chefe da administração pública estadual;

(B) pode ser expedida, mas apenas pelo defensor público geral, que exerce a chefia da Defensoria Pública;

(C) não pode ser expedida, por estar em frontal colidência com o princípio da divisibilidade institucional;

(D) não pode ser expedida, por estar em frontal colidência com o princípio da independência funcional;

(E) pode ser expedida, por estar em total harmonia com o princípio da unidade.

53. FGV - ANA (DPE RS)/DPE RS/ADMINISTRATIVA/ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

Em determinada relação processual de natureza cível, o defensor público que atuava em prol do seu assistido exarou pronunciamento que, ao ver deste último, não era o mais adequado. Embora não tivesse formação jurídica, o assistido chegou a essa conclusão após realizar buscas na internet, o que o levou a concluir que a estratégia deveria ser outra. Por tal razão, solicitou ao juiz de direito que determinasse ao defensor público a alteração da estratégia adotada nos autos.

O juiz de direito, corretamente:

(A) atendeu ao pedido do assistido, considerando o princípio constitucional da ampla defesa;

(B) informou ao assistido que ele deveria direcionar o requerimento ao defensor público-geral, única autoridade que poderia acolhê-lo;

(C) informou ao assistido que ele deveria direcionar o requerimento ao Conselho Superior da Defensoria Pública, único órgão que poderia acolhê-lo;

(D) informou que o requerimento não poderia ser acolhido, considerando a liberdade do defensor público para analisar os fatos e realizar o devido enquadramento na ordem jurídica;

(E) esclareceu que o acolhimento do pedido do assistido, pelo Poder Judiciário, somente poderia ocorrer após o defensor público manter a estratégia, embora tenha sido instado a alterá-la.

54. FGV - ALUN OF (PM AC)/PM AC/COMBATENTE/2023

Assunto: Direito Constitucional - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

Ana era seguidora da religião X, que apregoava a necessidade de realização de jejum e retiro espiritual em determinado dia da semana. Ocorre que o Município Alfa marcou justamente para o referido dia uma etapa do concurso público para o provimento de determinado cargo, da qual Ana iria participar.

Ao consultar um advogado em relação aos efeitos da incompatibilidade do dia designado para a segunda etapa do referido certame com sua crença religiosa, foi-lhe corretamente respondido que ela

(A) deve respeitar a data designada pela edilidade, pois a liberdade de crença, enquanto projeção dos direitos da personalidade, somente se manifesta na esfera privada, não avançando nas relações com as estruturas estatais de poder.

(B) tem o direito público subjetivo à remarcação da prova, considerando a fundamentalidade da liberdade religiosa e a ausência de lesividade ao interesse público no reconhecimento da possibilidade de realizá-la outro dia.

(C) deve respeitar a data designada pela edilidade, somente lhe restando a opção de comparecer, ou não, à etapa do concurso público, o que decorre do princípio da isonomia, que deve reger as relações com os demais candidatos.

(D) pode vir a realizar a etapa em dia e horário distintos dos demais candidatos, desde que isto seja razoável, se preserve a igualdade entre os candidatos e não haja ônus desproporcional para a edilidade.

(E) pode requerer a realização da etapa do concurso em dia distinto, tendo a edilidade total discricionarieidade para acolher, ou não, o seu pleito, por razões de conveniência e oportunidade.

55. CESGRANRIO - TPP (IPEA)/IPEA/Ciência de Dados/2024

Assunto: Direito Constitucional - Princípios Gerais da Ordem Econômica (arts. 170 a 172 e 175 a 181 da CF/1988)

Considere o texto sobre a Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) tem expressamente uma constituição econômica voltada para a transformação das estruturas sociais. O capítulo da Ordem Econômica da CF/88 (Artigos 170 a 192) tenta sistematizar os dispositivos relativos à configuração jurídica da economia e à atuação do Estado na economia, isto é, os preceitos constitucionais que, de um modo ou de outro, reclamam a atuação estatal no domínio econômico, embora estes temas não estejam restritos a este capítulo do texto constitucional. Em sua estrutura, o capítulo da Ordem Econômica engloba, no Artigo 170, os princípios fundamentais da ordem econômica brasileira, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por finalidade assegurar a todos uma existência digna de acordo com a justiça social. Além desses princípios estruturantes, a ordem econômica da CF/88 engloba dispositivos que tratam da ordem econômica no espaço e no tempo.

BERCOVICI, G. Os princípios estruturantes e o papel do Estado. In: CARDOSO Jr., J. (Org.). A Constituição Brasileira de 1988 revisitada. Brasília: Ipea, 2009. p. 256. Adaptado.

No texto constitucional, para além dos princípios, a ordem econômica no espaço está configurada nas disposições sobre

- (A) Reforma agrária e política urbana
- (B) Soberania nacional e defesa do meio ambiente
- (C) Livre concorrência e redução das desigualdades sociais
- (D) Função social da propriedade e busca do pleno emprego
- (E) Defesa do consumidor e redução das desigualdades regionais

56. FGV - AFRE MG/SEF MG/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Princípios Gerais da Ordem Econômica (arts. 170 a 172 e 175 a 181 da CF/1988)

Inês e Ana pretendiam implementar uma atividade econômica inovadora em determinada área de serviços, que consistia na conjugação de apoio tecnológico e transferência pontual e casuística de **know-how**, de modo que o próprio cliente seria orientado a realizar as atividades necessárias, o que reduziria consideravelmente os custos do serviço. Apesar disso, tomaram conhecimento de que essa atividade ainda não fora disciplinada no âmbito do Município *Alfa*, em cuja esfera territorial seria situada a sede da sociedade empresária a ser criada.

Considerando que todas as suas iniciativas estavam estritamente vinculadas à juridicidade, decidiram consultar o seu advogado, o qual lhes respondeu corretamente que a falta de regulamentação da atividade econômica pelo Município *Alfa*:

- (A) impede a sua exploração, por se tratar de verdadeiro serviço público.
- (B) não impede a sua exploração, o que decorre do princípio da livre iniciativa.
- (C) impede a sua exploração, considerando a impossibilidade de serem protegidos os interesses do consumidor.
- (D) impede a sua exploração, pois a atividade econômica deve ser sempre regida pelo princípio da legalidade estrita.
- (E) não impede a sua exploração, pois o exercício de atividade econômica, por força do princípio da livre concorrência, jamais pode ser restringido pela lei.

57. FGV - AUD EST (CGE SC)/CGE SC/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2023

Assunto: Direito Constitucional - Princípios Gerais da Ordem Econômica (arts. 170 a 172 e 175 a 181 da CF/1988)

Determinado diploma normativo editado pela União dispôs que era vedada a adesão, a certo regime tributário diferenciado, pela microempresa e pela empresa de pequeno porte que possuísem débito com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal.

Irresignado com o teor desse diploma normativo, o Partido Político Alfa, que defendia, como principal ideologia, o liberalismo econômico, consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade com os princípios gerais da atividade econômica consagrados na Constituição da República de 1988.

(C) Sim, desde que haja prévia autorização do Ministério Público.

(D) Não, tendo em vista a reserva de jurisdição em tal matéria.

(E) Sim, mas apenas caso digam respeito a determinados crimes.

15. VUNESP - Dei Pol (PC SP)/PC SP/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

De acordo com o art. 19 do CPP, nos crimes de ação penal privada, finalizado o inquérito policial, os respectivos autos devem

(A) ser remetidos ao juízo competente ou entregues ao requerente, se assim este solicitar, mediante traslado.

(B) ser arquivados caso a autoridade policial conclua pela inexistência do fato.

(C) aguardar, em sede policial, o oferecimento de queixa-crime.

(D) ser remetidos ao órgão ministerial, para oferecimento de denúncia.

(E) ser remetidos ao Chefe de Polícia, para conferência e deliberação.

16. FGV - JE TJMG/TJ MG/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Acerca do inquérito policial, com base no Código de Processo Penal, nas normas processuais penais especiais e na jurisprudência atualizada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) A Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos) prevê o prazo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis, para a conclusão do inquérito policial, caso o indiciado esteja preso.

(B) Nos crimes previstos na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências), o prazo para oferecimento da denúncia regula-se pelo Código de Processo Penal, salvo se o Ministério Público, estando o réu solto ou afiançado, decidir aguardar a apresentação da exposição circunstanciada de que trata o Art. 186 da Lei nº 11.101/2005, devendo, em seguida, oferecer a denúncia em 15 (quinze) dias.

(C) Como regra geral, o prazo para a conclusão do inquérito policial é de 10 (dez) dias, caso o indiciado esteja preso, e de 20 (vinte) dias, se o indiciado estiver solto.

(D) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

17. FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação

(A) não poderá ser instaurado sem a queixa.

(B) depende da iniciativa do Ministério Público.

(C) não poderá sem ela ser iniciado.

(D) exige a manifestação prévia do Ministério Público.

(E) não poderá ser arquivado pelo Ministério Público.

18. VUNESP - Dei Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

No que concerne aos investigados em inquérito policial que investiga uso da força letal, é correto afirmar que a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime):

(A) a indicação do profissional para o exercício da defesa do servidor deverá ser precedida de manifestação de que não existe defensor público lotado na área territorial onde tramita o inquérito e com atribuição para nele atuar, hipótese em que poderá ser indicado Bacharel em Direito, como defensor ad hoc, mesmo sem inscrição na OAB.

(B) havendo necessidade de indicação de defensor, a defesa caberá exclusivamente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.

(C) na hipótese de não atuação da Procuradoria do Estado, os custos com o patrocínio dos interesses dos investigados nos procedimentos de que trata esse artigo correrão por conta do orçamento próprio da instituição a que este esteja vinculado à época da ocorrência dos fatos investigados.

(D) havendo necessidade de indicação de defensor, a defesa caberá preferencialmente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.

(E) não contemplou qualquer dispositivo nesse sentido.

19. VUNESP - CFO/QC (EsFCEEx)/EsFCEEx/Direito/2022
Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Nos termos do art. 12 do CPP, quando do oferecimento da queixa-crime, o inquérito policial

- (A) acompanhará a queixa, sempre que servir de base a ela.
- (B) deverá ser arquivado, tendo em vista a dispensabilidade de tal peça administrativa.
- (C) permanecerá em sede policial, a fim de que se procedam a novas pesquisas, se de outras provas houver notícia.
- (D) seguirá com a queixa, mas ficará acautelado em cartório, tendo em vista que não pode servir de base a condenação em sede judicial.
- (E) apenas poderá embasar a queixa se houver sido produzido mediante contraditório.

20. VUNESP - Dei Pol (PC RR)/PC RR/2022
Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Acerca do inquérito policial no processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível a dedução de ação penal sem que haja, antes, a instauração de inquérito policial, dada a sua obrigatoriedade, para conferir justa causa à acusação.
- (B) Embora não seja possível falar na incidência do contraditório, em sua plenitude, é cabível o exercício de defesa no inquérito, com direito de acesso aos atos já documentados.
- (C) A instauração de inquérito policial, em qualquer tipo de crime, pode ser feita de ofício, pela autoridade, sem necessidade de autorização ou requerimento da vítima.
- (D) Os atos investigatórios são de competência exclusiva da autoridade policial, sendo praticados sob sua presidência, no curso do inquérito, não tendo o Ministério Público qualquer ingerência sobre eles ou poder investigatório autônomo.
- (E) O inquérito policial pode ser arquivado pela autoridade policial, administrativamente, quando patente a atipicidade do fato.

21. FGV - RES (TJ RJ)/TJ RJ/DIREITO/2024
Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Graziela criou um perfil de rede social falso e passou a proferir injúrias contra seus desafetos. Após regular investigação que identificou Graziela como autora das ofensas, Amanda e Vanessa, vítimas, ajuizaram queixa-crime em desfavor de Graziela. Contudo, após a sentença condenatória e na pendência de julgamento, Amanda perdoou Graziela.

Sobre o caso hipotético narrado, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O perdão importa em preempção da queixa-crime.
- (B) Diante do princípio da indivisibilidade da ação penal privada, o perdão concedido por Amanda alcança Vanessa.
- (C) O perdão de Amanda só surte efeitos se concedido nos autos do processo.
- (D) Graziela deve ser intimada a aceitar o perdão, valendo o silêncio como aceitação tácita.
- (E) O perdão não enseja a extinção da punibilidade, pois concedido após a sentença condenatória.

22. FGV - RES (TJ RJ)/TJ RJ/DIREITO/2024
Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Assinale a opção que retrata uma hipótese de cabimento, em tese, de oferta de Acordo de Não Persecução Penal.

- (A) Augusto, primário e sem antecedentes, é acusado de delito de injúria racial, e confessa, formal e circunstancialmente, o cometimento do crime, comprometendo-se a indenizar a vítima.
- (B) Alexandre, primário e sem antecedentes, é acusado de injuriar e difamar sua ex companheira, por meio de redes sociais, compromete-se com a retratação integral e pública.
- (C) Sílvio, servidor público, acusado de corrupção passiva, confessa, formal e materialmente a prática do ilícito, porém, não se compromete com o ressarcimento do dano.
- (D) Marcos, primário, foi acusado de praticar um crime de menor potencial ofensivo sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- (E) Luciano, acusado de furto qualificado, tem outras passagens por delitos patrimoniais insignificantes e, em sede policial, exerceu seu direito ao silêncio.